

Brasília, 30 de abril de 2026

Seleção

Sumário

CNN Brasil Online

Quarta-feira, 29 de abril de 2026 | Direitos Autorais

STJ mantém condenação de gravadora por DVD não autorizado de ícones da MPB 3

Fator Brasil - Online

Quinta-feira, 30 de abril de 2026 | Marco regulatório | INPI

Vale do Ribeira conquista 'Selo de Origem' para banana e valoriza produção paulista 4

Metrópoles Online

Quinta-feira, 30 de abril de 2026 | Propriedade Intelectual

EUA conclui em julho relatório que pode acarretar em sanções ao Brasil 5

Migalhas

Quarta-feira, 29 de abril de 2026 | ABPI | Câmara de Mediação

Pesquisa aponta baixa presença feminina na arbitragem no Brasil 7

Quarta-feira, 29 de abril de 2026 | Marco regulatório | INPI

MIGALHAS nº 6.338 8

Quarta-feira, 29 de abril de 2026 | Propriedade Intelectual

Novas regras da Ancine para a proteção de obras audiovisuais 14

MSN Notícias

Quarta-feira, 29 de abril de 2026 | Marco regulatório | INPI

JMEV é obrigada pela Kia a mudar nome do elétrico mais barato do Brasil 16

O Globo

Quinta-feira, 30 de abril de 2026 | Patentes

Política de minerais críticos terá incentivo fiscal para investidor 17

Correio Braziliense - Online

Quarta-feira, 29 de abril de 2026 | Patentes

Carreiras jurídicas: 5 áreas promissoras para o futuro da advocacia 19

R7

Quarta-feira, 29 de abril de 2026 | Direitos Autorais

Sony começa a testar DRM no PS4 e PS5 como medida temporária contra pirataria 20

STJ mantém condenação de gravadora por DVD não autorizado de ícones da MPB



O STJ (Superior Tribunal de Justiça) manteve a condenação de uma gravadora pela exploração comercial não autorizada de um DVD contendo apresentações de grandes nomes da música brasileira.

A decisão negou o recurso da gravadora, confirmando a obrigação de indenizar os herdeiros de Tom Jobim, Vinicius de Moraes e Heloísa Maria Buarque de Holanda (Miúcha).

Exploração sem autorização

O processo teve origem em uma ação de obrigação de fazer, além de pedido de danos morais e materiais movida pelos espólios dos artistas.

Os herdeiros questionaram a venda de um DVD do espetáculo sem a devida permissão dos detentores

dos **direitos autorais**.

A Justiça aplicou o artigo 103 da Lei de **Direitos Autorais** (Lei 9.610/98), que trata da edição e comercialização de obras sem autorização.

Como não havia contrato prévio entre as partes, o tribunal afastou a aplicação do regime de - comum em contratos formais - e determinou que o cálculo da indenização considere o valor integral das vendas.

Cálculo da indenização e juros

Durante a fase de liquidação de sentença, a gravadora contestou a metodologia da perícia, que identificou a produção de mais de 700 mil cópias.

A empresa alegou que, diante da dificuldade de mensurar as vendas, deveria ser aplicado o critério legal de 3.000 exemplares, mas o Judiciário validou as projeções técnicas baseadas em documentos do próprio processo.

A decisão também fixou o termo inicial dos juros moratórios em 1º de junho de 2007, data considerada o marco da distribuição do conteúdo.

A CNN Brasil entrou em contato com a empresa condenada no processo, mas não obteve retorno até o momento. O espaço segue aberto.

Vale do Ribeira conquista 'Selo de Origem' para banana e valoriza produção paulista

Com apoio do Sebrae, registro reforça a identidade regional e amplia oportunidades para produtores da bananicultura local.

A produção de banana no Vale do Ribeira, em São Paulo, conquistou, no dia 14 de abril (terça-feira), com apoio do Sebrae, a Indicação Geográfica (IG) na modalidade Indicação de Procedência, concedida pelo **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**. A nova IG contempla as variedades de banana Cavendish e Prata, cultivadas em uma das regiões mais tradicionais da bananicultura brasileira.

Compõem o Vale do Ribeira, no estado de São Paulo, os municípios de Barra do Turvo, Cajati, Cananéia, Eldorado, Iguape, Iporanga, Itaoca, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Miracatu, Pariquera-Açu, Pedro de Toledo, Registro, Ribeira, Sete Barras e Tapiraí. A região se destaca pelo volume e pela qualidade da produção da banana, favorecida por condições naturais como clima úmido, solo fértil e relevo característico.

Para a coordenadora de Tecnologias Portadoras de Futuro do Sebrae Nacional, Hulda Giesbrecht, o reconhecimento da produção de banana do Vale do Ribeira abre novas oportunidades comerciais, amplia o acesso a mercados mais exigentes e contribui para o desenvolvimento econômico local.

- Ao valorizar a produção e os produtores, o registro conquistado fortalece toda a cadeia da bananicultura e posiciona o Vale do Ribeira como referência nacional na produção de bananas de qualidade - reforça Hulda.

Valorização da produção sustentável - A conquista da IG é resultado de um trabalho coletivo liderado pela Associação dos Bananicultores do Vale do Ribeira (Abavar) com apoio do Sebrae, que conduziu o processo de solicitação junto ao **INPI**. Agora o desafio é organizar o uso do selo e estruturar uma campanha de marketing para os consumidores entenderem a importância dessa conquista, que reconhece as técnicas, a tradição regional e a qualidade da produção.

Augusto Aranha, presidente da Abavar, diz que o trabalho pela IG começou em 2019 e que o reconhecimento é resultado de muita dedicação e organização do setor produtivo. "Esse selo representa para nós uma consolidação de um viés que o Vale vem tomando em relação à agricultura. Somos uma agricultura sustentável, que preserva a natureza, com baixa pegada de carbono e pensando no mercado consumidor de São Paulo."

Com o Vale do Ribeira, o número de IGs nacionais sobe para 157, sendo 125 do tipo Indicações de Procedência (IP) e 32 Denominações de Origem (DO).

EUA conclui em julho relatório que pode acarretar em sanções ao Brasil



A Representação de Comércio dos Estados Unidos (USTR) prevê concluir em julho o relatório sobre práticas comerciais brasileiras consideradas "desleais" pelo governo Trump e que podem gerar sanções ao Brasil. A investigação foi iniciada em julho de 2025 e por lei a USTR geralmente faz determinações em investigações dentro de 12 meses. Dos seis pontos em análise, três chamam especial atenção: o Pix, a produção de etanol e o aumento do desmatamento ilegal. Tais medidas, avaliam, gerariam desequilíbrio no comércio com os EUA.

As práticas também foram citadas no Relatório de Estimativa Nacional do Comércio dos EUA para 2026, sobre Barreiras ao Comércio Exterior, editado em abril. O documento destinou oito páginas às relações com o Brasil.

3 imagens Fechar modal. 1 de 3 Para o governo dos EUA, Pix cria restrições a empresas americanas de pagamentos eletrônicos Mustafa Hatipoglu/Anadolu via 2 de 3 EUA apontam tarifas excessivas de importação do etanol brasileiro Kebec Nogueira/@kebecfotografo 3 de 3 Câmara dos EUA acusa programa de Lula de promover "tráfico de médicos" Chip Somodevilla/

EUA conclui em julho relatório que pode acarretar em sanções ao Brasil - destaque galeria EUA conclui em julho relatório que pode acarretar em sanções ao Brasil - destaque galeria

A investigação aberta em 2025 aponta a preocupação norte-americana com relação ao Pix usado no Brasil. O governo dos EUA avalia que o sistema criaria um "ambiente hostil" e prejudica empresas norte-americanas de pagamentos eletrônicos, como a Visa e a Mastercard. Da perspectiva dos EUA, o papel do Banco Central como o dono, operador e regulador do Pix constituiria uma situação desvantajosa para os serviços de pagamento eletrônicos norte-americanos que competem diretamente com o Pix.

Etanol

Outro ponto crucial do relatório trata da produção de etanol anidro no Brasil. O governo dos EUA aponta uma cobrança de tarifas excessivas que virtualmente zeraram as exportações americanas de etanol ao Brasil, que caíram de um valor de US\$ 761 milhões em 2018 a US\$ 54 milhões em 2024. Em 2024, os EUA foram destino por 47% de todo o etanol anidro exportado pelo Brasil. Segundo o governo Trump, desde 2017 houve um aumento significativo na tarifa de importação.

Continuação: EUA conclui em julho relatório que pode acarretar em sanções ao Brasil

EUA apontam tarifas excessivas de importação do etanol brasileiro
EUA apontam tarifas excessivas de importação do etanol brasileiro

O volume de desmatamento ilegal também é alvo de investigação da USTR. O governo Trump aponta que o Brasil não consegue aplicar a legislação contra o desmatamento, prática que, segundo o órgão norte-americano, prejudicaria produtores de madeira e agricultores dos EUA.

Seção 301

Os demais pontos levantados pela USTR se referem a falhas na fiscalização anticorrupção no Brasil, com ausência de medidas efetivas; omissão do governo brasileiro na proteção de direitos de **propriedade intelectual**, atingindo empresas de tecnologia e criatividade norte-americanas; e a suposta aplicação de tarifas mais baixas, pelo Brasil, a países concorrentes, afetando as exportações dos EUA.

O relatório da investigação a ser divulgado pela USTR em julho pode sugerir a adoção de tarifas ou restrições de importação, como a tarifa de 40% imposta por Donald Trump em agosto de 2025 e revertida após negociação com o governo brasileiro. As medidas têm base na Seção 301 da Lei de Comércio dos EUA, ferramenta usada para defender interesses norte-americanos contra práticas comerciais consideradas injustas ou que restrinjam o comércio com outros países.

Pesquisa aponta baixa presença feminina na arbitragem no Brasil



A Câmara FGV de Mediação e Arbitragem da FGV desenvolveu a pesquisa denominada "Mulheres na Arbitragem: Impactos da Diversidade de Gênero nos Índices Procedimentais", visando compreender o panorama em relação à diversidade de gênero nas Câmaras de Arbitragem brasileiras. Considerando o total consolidado das Câmaras analisadas, em 2023, há 1.155 homens e 466 mulheres (1.621 no total), correspondendo a 71,2% de participação masculina e 28,8% de presença feminina. Embora não tenha havido decréscimo no tocante à participação feminina nas listas de árbitros de 2021 a 2023, período em que os dados são analisados, em todas elas o número de homens ainda é majoritário.

O estudo também mostrou que a quantidade de procedimentos com tribunal arbitral exclusivamente feminino foi seis vezes menor que o quantitativo de procedimentos com atuação exclusiva de homens. De 462 tribunais arbitrais analisados no período, 32% (147) foram integrados exclusivamente por homens. O oposto - apenas por mulheres - se limitou a 5% (24).

Quando se observa o quantitativo de homens e mulheres que atuaram como árbitros únicos no período foi quase três vezes maior do que o número de mulheres, representando 74% contra 26%. Também há uma ampla desigualdade de gênero na atuação como coárbitros. Houve mais que o dobro de nomeações de profissionais do gênero masculino para atuarem na posição de coárbitros, em comparação ao quantitativo de mulheres: 70% contra 30%.

Estudo da Câmara FGV de Mediação e Arbitragem considerou dados de sete câmaras entre 2021 e

2023.(Imagem: Magnific)

A desigualdade de gênero diminuiu em relação à distribuição por gênero da presidência dos tribunais arbitrais. É nesse aspecto que existe a menor diferença ao comparar a participação feminina e masculina. Os homens continuam sendo a maioria, com 54%, ante as mulheres, que aparecem com 46%.

O trabalho de pesquisa traz muitas outras informações e são referentes a dados da AMCHAM - Câmara Americana de Comércio para o Brasil, a Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP / FIESP (CAM - CIESP/FIESP), a CAMARB - **Câmara de Mediação** e Arbitragem Empresarial - Brasil, a CAM - FGV - Câmara FGV de Mediação e Arbitragem, o CBMA - Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem, o CAM-CCBC - Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá e a CCI - Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional. O objetivo do estudo foi investigar perspectivas para impulsionar a participação mais equitativa e inclusiva das mulheres neste campo do Direito Internacional privado.

De acordo com a conclusão dos pesquisadores, a análise dos dados reflete um cenário de amadurecimento, mas que ainda impõe desafios estruturais quanto à promoção da equidade e diversidade de gênero no ecossistema arbitral. Embora a presença feminina venha ganhando espaço, os índices atuais demonstram que a jornada para uma representatividade plena exige esforços contínuos e intencionais de todas as instituições.

A inclusão efetiva de mulheres, sublinham os pesquisadores, não é apenas uma questão de justiça social, mas um imperativo de qualidade técnica que diversifica as perspectivas e fortalece a legitimidade de todo o sistema de resolução de conflitos.

MIGALHAS nº 6.338

Quarta-Feira, 29 de abril de 2026 - Migalhas nº 6.338.

Fechamento às 07h21.

"Todo o excesso é vicioso."

Machado de Assis

Debate aceso

O STF retoma na sexta-feira a análise sobre a validade da resolução da Anvisa que proibiu aditivos em cigarros. Com o placar empatado (3 a 3), o julgamento ocorre em meio a dados de aumento do tabagismo no país. A Corte discute se a agência extrapolou seu poder regulamentar ao impor restrições ou se atuou dentro de sua competência para proteger a saúde pública. ()

Geração sem fumaça

Enquanto o Brasil debate os limites do cigarro, o Reino Unido resolveu ir na raiz. O Parlamento aprovou uma das políticas antitabagistas mais duras do mundo, proibindo a venda de tabaco a quem nasceu a partir de 2009 - criando, na prática, uma proibição vitalícia, e uma geração que jamais poderá comprar cigarros legalmente. ()

Bala que cega, Estado que paga

STF reconheceu a responsabilidade de SP por fotógrafo que perdeu a visão em 2013 e fixou indenização de R\$ 100 mil, além de pensão vitalícia. ()

Dever de indenizar

No embalo do caso anterior, Cármen Lúcia exaltou o modelo brasileiro de responsabilidade civil do Estado. Ao defender que o dever de reparar não depende de provocação judicial, relembrou episódio dos anos 1950, quando um governador mineiro determinou indenização imediata a uma criança ferida em escola pública - antes mesmo da consolidação constitucional do tema. ()

Ofensa que vira ação

1ª turma do STF tornou réu Silas Malafaia por ataques ao Alto Comando do Exército em ato na Paulista. Com empate quanto à calúnia, ação segue apenas por injúria. ()

Foro que resiste

No mesmo cenário, a 1ª turma manteve no STF queixa contra Jair Bolsonaro por suposto crime contra a honra. Com base na nova jurisprudência, o foro persiste mesmo após o mandato, se os fatos se ligam ao cargo. ()

Crítica ou crime?

STF tornou réu o deputado Gustavo Gayer por postagem que associou Lula a símbolos de grupos terroristas. Para Flávio Dino, há indícios de injúria com "falseamento da realidade", e a imunidade parlamentar não barra, por ora, a ação. ()

Farpas sem consequência

Em outra derrota do dia para o parlamentar acima, o STF rejeitou queixa-crime apresentada pelo deputado Gustavo Gayer contra o deputado José Nelto por ofensas em podcast. Houve empate no julgamento, prevalecendo a solução favorável ao acusado. Os votos favoráveis foram no sentido de que houve, no máximo, injúrias recíprocas no calor do embate político. ()

Nem café, nem diálogo

No rastro do julgamento anterior, Cármen Lúcia lamentou o nível do debate público: se antes adversários divergiam e ainda "tomavam cafezinho", hoje a linguagem virou instrumento de agressão - distante do diálogo que deve marcar a política. ()

Ofensa que vira palco

Ao votar na troca de farpas entre deputados, Alexandre de Moraes criticou os ataques entre parlamentares - e contra o Judiciário - como estratégia de engajamento. Segundo o ministro, a lógica é simples: quanto mais confronto, mais visibilidade e "likes". ()

Rage bait

Os ataques, xingamentos e provocações calculados, apontados por Moraes, revelam a lógica do "rage bait": trata-se da prática de produzir conteúdo pensado para gerar indignação e, com isso, maximizar engajamento. O termo foi eleito a Palavra do

Ano de 2025 pela Oxford University Press.

Sabatina

Depois de idas e vindas, acontece hoje a aguardada sabatina de Jorge Messias na CCJ do Senado. Levantamento do site Congresso em Foco mostra que, nos últimos anos, as votações de indicações ao STF têm refletido maior pluralidade no Senado, com placares mais equilibrados desde 2015 e crescimento dos votos contrários. ()

Proteção à vítima

Mesmo com medidas protetivas em vigor, uma advogada vítima de violência doméstica relatou, nas redes sociais, que vive sob permanente sensação de insegurança. À espera de audiência, o caso reacende o debate sobre a efetividade dos instrumentos previstos na lei Maria da Penha. Para entender como funcionam esses mecanismos, uma magistrada detalhou as medidas disponíveis e sua aplicação prática. ()

Lei aperta o cerco

Ainda no contexto sobre violência contra a mulher, a recém-sancionada lei 15.383/26 altera a lei Maria da Penha para ampliar o uso de tornozeleiras eletrônicas como medida protetiva. A norma também endurece as consequências para o descumprimento, prevendo alertas simultâneos à vítima e às autoridades policiais. ()

Execução penal

STJ firmou entendimento de que a posse de maconha para uso pessoal em estabelecimento prisional configura falta disciplinar grave, ainda que descriminalizada pelo STF no Tema 506. Decisão destacou que a ausência de tipicidade penal não afasta a ilicitude no âmbito da execução penal, não impedindo, portanto, a aplicação de sanção disciplinar. ()

Sem paciência, irmão

No Pará, desembargadora perdeu a paciência com colega que repetiu questionamento sobre drogas em julgamento de HC e pediu esclarecimento já prestado: "- Presta atenção!" ()

Falou o que quis...

Ex-comentarista da Jovem Pan foi condenada a indenizar jornalista por insinuar que sua contratação na CNN decorreu de cota racial. Para a juíza, não foi opinião: foi ofensa. ()

Falou o que quis... - II

Juiz mandou Renan Santos, do MBL, retirar vídeo que liga Wesley Safadão a organização criminosa. ()

Vício fatal

Execução de R\$ 400 mil volta à estaca zero após o TRT-2 anular a citação: entregue em endereço errado, nunca chegou à parte. E, como se sabe, sem ciência efetiva, não há contraditório. ()

Gás do Povo

Resolução estabeleceu diretrizes para o mercado de gás liquefeito de petróleo no contexto do programa Gás do Povo. ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas.

Colunas

Migalhas Crocantes

Quando a tecnologia recria a voz dos mortos, surge a pergunta: quem é titular dessa identidade? Tema em debate por Sílvia Piva. Ouça agora! ()

Migalhas Securitárias

Risco é o eixo da lei 15.040/24, aponta Sérgio Ruy Barroso de Mello ao destacar boa-fé, transparência e equilíbrio nos contratos de seguro. ()

UMA Migalhas

Processo penal pode julgar padrões em vez de fatos? O debate sobre o "réu algorítmico" ganha força na análise de Renata Ceschin Melfi de Macedo. ()

Dinâmica Constitucional

A adoção de maioria qualificada para escolha de ministros do STF, inspirada no modelo alemão, é defendida por Marcelo Schenk Duque. ()

Esquinas do Direito Municipal

A criação do Comitê Gestor do IBS centraliza a arrecadação e reacende o debate sobre os limites do federalismo fiscal no Brasil, destacam ngela Medeiros Ramos e Mariana Trindade Lopes Correia. ()

Meio de campo

Técnico Roger enfrenta quadro de assédio coletivo no futebol, segundo Rodrigo Monteiro de Castro. ()

Migalhas de peso

- "Comentários ao anteprojeto do Código de Processo do Trabalho: Da audiência de instrução e julgamento (arts. 331 a 342)", por Jhonnys Dias Diniz (Pereira Advogados). ()

- "Brasil e China unem esforços em patentes e abrem nova era de cooperação", por Jose Humberto Deveza Assola (BMA Advogados). ()

- "Trends nas redes sociais: Do nocivo ao ridículo", por Ana Paula Ávila (Silveiro Advogados). ()

- "Imunidade do ITBI na integralização de imóveis: Limites fixados pelo STF", por Daniella Maria de Oliveira Sobrinho (Silva Matos Alves Ros). ()

- "Afinal, Deltan Dallagnol está inelegível?", por Dorival Assi Junior (Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político - ABRADep). ()

- "Ofurô corporativo: Quando o benefício é cortina de fumaça e a NR-1 vira passivo", por Jéssica Cristina Lino (GHBP Advogados). ()

- "O custo do esquecimento depois da assinatura", por Henrique Flôres (Contraktor). ()

- "Contencioso estratégico não é só litigar. É gerir relações", por Edlaine Chiappo (Parada Advogados). ()

- "Remuneração no SUS: Uma decisão que pode reconfigurar o setor filantrópico", por Rodrigo Santos Perego (Santos Perego & Nunes da Cunha Advogados Associados). ()

- "O que o agente consular fica digitando durante a entrevista de visto?", por Mara Personi (Witer, Personi & Moore an International Law Corporation). ()

- "Televisão 4.0 e patentes essenciais: Aspectos tecnológicos e regulatórios", por Brenda Albuquerque (Di Blasi, Parente & Associados). ()

- "A LLC americana como regime fiscal privilegiado", por José Rubens Scharlack (Scharlack - Advocacia de Planejamento Internacional). ()

- "Arras e corretagem imobiliária: Estruturação negocial e a atuação notarial como instrumento de prevenção de litígios", por Fernanda de Freitas Leitão (15º Ofício de Notas). ()

- "Antecipar honorários não é contrair dívida", por Rafael Lima (BT Créditos). ()

Agilidade no setor jurídico

Desenvolvido para contadores, advogados e paralegais que buscam mais eficiência no dia a dia, o AC

Legal, da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), oferece um serviço completo para a confecção de processos de abertura, alteração e encerramento de empresas, ajudando a economizar tempo, reduzir custos e focar no crescimento da carteira de clientes. ()

Novo endereço

CAMARB - **Câmara de Mediação** e Arbitragem Empresarial - Brasil inaugura, no dia 6/5, sua nova sede em Belo Horizonte, localizada na avenida do Contorno, no bairro Savassi. O novo espaço busca ampliar o atendimento em arbitragem, mediação e dispute board. ()

Baú migalheiro

Há 88 anos, em 29 de abril de 1938, o presidente Getúlio Vargas criou o CNP - Conselho Nacional do Petróleo, órgão responsável por regular, fiscalizar e coordenar a política petrolífera no Brasil. A medida integrou o projeto de nacionalização e controle estatal de recursos estratégicos, reforçando a ideia de que o petróleo deveria estar sob domínio do Estado. O CNP foi fundamental para estruturar o setor energético brasileiro e pavimentou o caminho para a criação da Petrobras, em 1953. O episódio marcou um passo decisivo na construção da política energética nacional, consolidando o petróleo como elemento central do desenvolvimento econômico do país. (Compartilhe)

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

Sorteio

Última oportunidade de concorrer à 2ª edição da obra "Direito processual da **propriedade intelectual**" (Thomson Reuters Revista dos Tribunais, 642p.), coordenada por Georges Abboud e Pedro Marcos Nunes Barbosa (Denis Borges Barbosa Advogados). A publicação atualiza debates sobre **propriedade intelectual** com temas como Cade, danos, cooperação internacional e litigância de má-fé. ()

Novidades

Acontece hoje, às 18h, em SP, o lançamento da obra "ALADA em São Paulo, Brasil: XLV Jornadas Latino-Americanas de Direito Aeronáutico e Espacial", da editora IASP. O evento contará com programação temática dedicada ao Direito Aero-

náutico, reunindo especialistas e profissionais do setor, além de coquetel para os participantes. () Em comemoração aos seus 20 anos de atuação, a EPD - Escola Paulista de Direito lança o talk show "Direito ao Ponto", uma iniciativa que reunirá grandes nomes do cenário jurídico brasileiro para discutir temas atuais e relevantes da área. O primeiro episódio vai ao ar hoje, com a participação do jurista Ives Gandra Martins. () O pré-lançamento da obra "Transações Tributárias Sustentáveis", de autoria de Alexandre Arnone e Sóstenes Marchezine (Arnone Advogados Associados), acontece dia 5/5, em Brasília, como parte da etapa "Advocacia Brasileira na Conferência Nacional dos ODS", reforçando o papel do Direito no desenvolvimento sustentável. () Solano de Camargo (Lee, Brock, Camargo Advogados (LBCA)) lançou o livro "Inteligência Artificial na Advocacia - Impactos Reais sobre Produtividade, Estratégia e Responsabilidade" em painel sobre o tema realizado pela AASP. () Pinheiro Neto Advogados divulgou a edição nº 8 do "Infraestrutura em foco". () Thomson Reuters Brasil recebe, pelo quarto ano consecutivo, o certificado Great Place to Work, sendo reconhecida entre as melhores empresas para se trabalhar no Brasil e no mundo, além de figurar entre as 30 maiores empresas de tecnologia do país.

Migalhíssimas

Hoje e amanhã, em São Luís, Édis Milaré e Lucas Tamer Milaré (Milaré Advogados) participam do "Congresso Brasileiro de Advocacia Ambiental". Édis integra a mesa de abertura do evento. Lucas participa de painel dedicado ao tema do "Licenciamento Ambiental", contribuindo com reflexões técnicas e práticas sobre o tema. Realizado de forma híbrida, o congresso reúne especialistas de destaque para debater os desafios e as oportunidades da advocacia ambiental no contexto contemporâneo. Inscrições, . Leonardo Santos Martins (João Bosco Filho Advogados) participa hoje como examinador da banca de especialização "Residência Jurídica", de Gabriel do Carmo da Cruz Sousa, na Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense. O trabalho, intitulado "A controvertida incidência do Imposto sobre Serviços nos honorários de sucumbência", foi desenvolvido sob orientação do Prof. Dr. Márcio Ladeira Ávila. Amanhã, às 10h, Ana Tereza Basilio (Basilio Advogados e presidente da OAB/RJ) profere a palestra de abertura do "Treinamento Permanente em Direito Condominial e Imo-

biliário" com o tema "Atuação do Advogado nos conflitos de condomínio", pelo canal do YouTube "Mentoria OABRJ". José-Ricardo Pereira Lira (Lobo & Lira Advogados) também participa do encontro virtual. () Carolina da Silva Leme e Paulo Roberto Fogarolli Filho (Duarte Garcia, Serra Netto e Terra - Sociedade de Advogados) serão palestrantes no primeiro seminário sobre "Direito Digital do Trabalho", no qual discutirão temas atuais que afetam o Direito do Trabalho e o Compliance, especialmente a recente alteração da NR-01 e o sandbox regulatório nas relações de trabalho. O evento acontece dia 5/5, às 19h, no auditório da Faculdade Anhanguera de Indaiatuba/SP, em parceria com a OAB local. Inscrições por e-mail, . Dias 11 e 12/5, em Lisboa, acontece o "I Seminário Luso-brasileiro de Direito Imobiliário". No primeiro dia, Maurício Felberg (Felberg Advogados Associados) será moderador no painel "Equilíbrio Contratual e os Contratos Imobiliários", que conta com a participação de Alexandre Junqueira Gomide (Junqueira Gomide Advogados). () Ontem, a Associação Comercial de São Paulo (ACSP) lançou o Conselho Estratégico Trabalhista (Conet), que será coordenado pela advogada Gilda Figueiredo Ferraz de Andrade (Figueiredo Ferraz Advocacia). () Flávio Filizzola D'Urso (D'Urso e Borges Advogados Associados) tomou posse recentemente como um dos vice-presidentes da Associação Comercial de São

Paulo (ACSP). () Há uma década, o tempo médio para a concessão de uma patente no Brasil chegava a 9 anos. Durante a pandemia, o **INPI** adotou uma série de medidas para acelerar esse fluxo. No corte do "Daniel On Air", Gustavo Sartori, de DANIEL, compara as principais mudanças nos processos do **INPI** ao longo dos últimos dez anos e discute como empresas e escritórios especializados podem atuar estrategicamente diante dessas atualizações. Assista ao episódio completo, aqui. Walter de Almeida Guilherme, de Almeida Guilherme Advogados Associados e presidente da Fundação da Fraternidade Judiciária, se reuniu com os integrantes do Conselho Superior da Magistratura do TJ/SP para que os dirigentes do Tribunal aderissem à colaboração e incentivassem a união da magistratura paulista. () Professora de Direito da Unisa - Universidade Santo Amaro, Julia Baroli Sadalla alerta para os riscos digitais invisíveis e destaca a LGPD como proteção essencial à privacidade e aos dados dos brasileiros no ambiente online. ()

Perícia em Foco

Especialistas do Gabinete de Perícias Gomide ministram, nos dias 19, 21, 26 e 28/5, das 18h30 às 21h30, o curso "APEJESP - Grafoscopia e Documentoscopia". O evento será online e ao vivo. ()

Direito e Relações Governamentais

Amanhã, o FGV LAW, da FGV Direito SP, realiza o webinar "Direito e Relações Governamentais em Tempos de Crise Sistêmica", que discutirá desafios envolvendo os setores público e privado em cenários de crise. Garanta sua inscrição! ()

Tráfego marítimo

IAB realiza amanhã, às 14h, o "1º Workshop da Comissão de Direito Aduaneiro, Marítimo e Portuário". O evento será presencial, no Rio de Janeiro, com transmissão ao vivo pelo canal TVIAB no YouTube. ()

Fomentadores

para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas

Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho

Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas, procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, aí, nasce uma oportunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um profissional, mas não há, ainda, nenhum migalheiro cadastrado:

BA/Santo Amaro

MG/São Francisco

PR/Nova Esperança

SP/Aguai

SP/Louveira

SP/Poloni

SP/Rifaina

Se você quer se candidatar para eventualmente atender quem procura, .

Migalhas Clipping

The New York Times - EUA

"Justices to Debate Merits of Migrant Safety Net"

The Washington Post - EUA

"Comey faces new federal charges"

Corriere della Sera - Itália

"Piano per Hormuz Trump: Iran al collasso Emirati via dall'Opec"

Clarín - Argentina

"El Gobierno consigue despejar el camino para la reforma laboral"

El País - Espanha

"Sánchez intenta sofocar la crisis entre los socialistas vascos y el PNV"

Público - Portugal

"Novo sistema de depósito de embalagens baixa metas para metade"

Die Welt - Alemanha

"Das nächste Wahlversprechen der Union wackelt"

The Guardian - Inglaterra

"Charles hails alliance of US and Britain in age of division"

O Estado de S. Paulo - São Paulo

"Planalto libera emendas em esforço pela aprovação de Messias"

Folha de S.Paulo - São Paulo

"PF investiga entrada de malas no Brasil em avião de bet com políticos"

O Globo - Rio de Janeiro

"Operação mira corrupção no Porto do Rio e afasta 25 fiscais"

O Estado de Minas - Minas Gerais

"Motofixa ganha sinal verde em BH"

Correio Braziliense - Brasília

"Para salvar BRB, Celina pede o aval do Tesouro e de Lula"

Zero Hora - Porto Alegre

"Decisão federal pode suspender 1,2 milhão de multas de pedágios free flow no Estado"

Jornal do Commercio - Pernambuco

"João tem 42% ante 34% de Raquel para governo de Pernambuco"

Novas regras da Ancine para a proteção de obras audiovisuais



RESUMO: Ato da Ancine regulamenta o poder-dever da agência na tutela extrajudicial de obras audiovisuais no ambiente digital por meio de supostos mecanismos auto executórios.

Os últimos meses foram permeados por uma profusão de diplomas normativos que tendem a robustecer a proteção eficaz dos bens protegidos por **propriedade industrial**.

Veja-se, por exemplo, o ato declaratório interpretativo RFB 3, de 3 de dezembro de 2025, editado pelo secretário especial da Receita Federal do Brasil; assim como o art. 21.58 do acordo de parceria entre Mercosul e União Europeia, com vigência a se iniciar em breve. Ambos relacionados a medidas aduaneiras extrajudiciais, em especial, na hipótese de infração ao título de uma marca.

Agora, ao que parece, a **propriedade intelectual**, em certos bens tutelados por direitos autorais e conexos, também é agraciada por um mecanismo de proteção, que não seja vinculado ao exercício de pretensão judicial. Cuida-se da Instrução Normativa 174 de 8 de abril de 2026 (IN 174/26) promulgada pela Diretoria Colegiada da Ancine - Agência Nacional do Cinema, em regulamentação ao art. 3º da lei 14.815/24.

O art. 3º da lei 14.815/24 inovou no âmbito da Agência e inaugurou o poder-dever de "determinar

a suspensão e a cessação do uso não autorizado de obras brasileiras ou estrangeiras protegidas". Até

então, não havia clareza e transparência quanto ao modo de atuação da Ancine na efetivação desse dispositivo, o que restou, em princípio, sanado com a edição da IN 174/26.

Em linhas gerais, a IN 174/26 reforçou que se destina a obras audiovisuais em geral, não restringindo-se a cinematográficas (art. 1º, I), assim como que a representação da violação é destinada à própria Ancine (art. 3º). Cuida-se de consequência do Poder de Polícia de tal agência reguladora¹.

Chama atenção a busca pela celeridade e efetividade do procedimento.

Quanto aos prazos, o direito de resposta deverá ser exercido em até quarenta e oito horas, a contar da cientificação da representação (art. 6º), ao passo que a Ancine se compromete a emitir decisão em até trinta dias úteis (art. 9º) e a eventual interposição de recurso administrativo contra decisão da Ancine se dará no prazo de cinco dias (art. 18). Note-se que tal celeridade densifica a regra constitucional de duração razoável do processo (art. 5º, LXXVIII, da CRFB), além do dever legal sobre eficiência da decisão administrativa (art. 23 da LINDB).

Por sua vez, em relação às consequências decorrentes do reconhecimento da violação, o art. 9º da IN 174/26 elenca uma série de medidas, a serem efetivadas de modo gradual e proporcional. Impera a autoexecutoriedade² e efetivação de soluções que dispensem a cooperação do infrator e mesmo do Poder Judiciário.

Veja-se, por exemplo, a comunicação à Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações para que bloqueie "nomes de domínios, subdomínios, endereços IP, URLs e outras extensões" (art. 9º, I). Mas não só. A dita medida poderá ser acompanhada de ofício "registradores de domínios, servidores de hospedagem de IP, provedores de DNS público/alternativo, provedores de CDN e provedores de VPN", com fins a evitar ou dificultar a burla

à sanção (art. 9º, VIII). É interesse que a previsão do art. 9º, VIII da IN 174/26 ensaie que a própria Ancine adotará medidas judiciais em caso de descumprimento, acarretando ampla tutela pública dos titulares de direitos.

A edição a IN 174/26 é recente e, possivelmente, sua implementação trará debates. Não obstante, verifica-se que a instrução normativa se qualifica como um mecanismo de desjudicialização, aparentemente voltado a imprimir maior celeridade e eficácia na proteção da **propriedade intelectual** no âmbito digital.

1. "O STF em tempos passados gostava de fundamentar no poder de polícia a validade de restrições a direitos individuais, como a proibição de uma divertida lápide pelo Prefeito de Pirassununga ou a repressão ao trottoir de prostitutas em São Paulo, por obra de um delegado arbitrário. Nunca houve no Brasil lei geral prevendo um poder geral de polícia, nem jamais se falou de "princípio", mas isso não impediu que, citando juristas, o Tribunal o usasse para referendar medidas caprichosas das autoridades. Era um princípio oculto, hoje meio em desuso, segundo o qual as autoridades públicas teriam uma espécie de pátrio poder sobre as pessoas, para evitar que fizessem "estripulias" SUND-FELD, Carlos Ari. *Direito Administrativo para Céticos*. 2ª Edição, São Paulo: Malheiros, 2014, p. 211.

2. "A remoção de perigo público será um ato legítimo para quem o pratique no interesse geral, mas, para a Administração, trata-se de um dever geral, para o exercício do qual goza do privilégio da excoptoriedade. A Administração não necessitará, portanto, de prévio assentimento judicial, que provoque com o propósito de acobertar-se de eventuais condenações em perdas e danos, no caso de, eventualmente, concluir-se, em posterior processo que vier a ser movido pelo particular que se sinta prejudicado de direito, por não se haver caracterizado uma ruína iminente. Qualquer medida fundada em consideração de urgência, como conceito jurídico indeterminado a ser precisado pela autoridade edilícia, poderá afastar essa cautela, já que, à defesa do Erário, interesse secundário, precede a segurança dos administrados, como interesse primária" MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. *Curso de Direito Administrativo*. 16ª Edição, Rio de Janeiro: Forense, 2014, p. 576.

Raul Murad Ribeiro de Castro Sócio de Denis Borges Barbosa Advogados. Professor do Departamento de Direito da PUC-Rio.

Denis Borges Barbosa Advogados

JMEV é obrigada pela Kia a mudar nome do elétrico mais barato do Brasil



A JMEV chegou ao Brasil de maneira discreta, mas já chamou atenção de montadoras maiores e tradicionais no mercado brasileiro. Logo após iniciar as vendas dos modelos elétricos mais baratos do Brasil, o EV2 e o EV3, a marca chinesa se viu obrigada a mudar o nome dos produtos. A decisão aconteceu após denúncia feita pela Kia.

A marca coreana questionou o uso dos nomes pela JMEV e sua representante no país, a mineira E-Motors Brasil chinesa. A razão é que a Kia detém os direitos de marca dos nomes EV2 e EV3 com registro no **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**. Ante o risco de processo ou outras medidas, a JMEV decidiu acatar a reclamação e vai alterar os nomes dos carros no Brasil.

Como já contamos na CNN Brasil, os veículos, inicialmente apresentados como EV2 e EV3, começaram a ser vendidos em Pedro Leopoldo (MG). O menor tem preço inicial de R\$ 69.990, posicionando-se como o elétrico mais barato do mercado nacional. Já o hatch compacto acima tem preço de R\$ 99.990, ambos elétricos. Até o momento, os novos nomes comerciais ainda não foram divulgados.

"Para ser sincero, fiquei sabendo do assunto por meio da CNN. Quando a JMEV ofereceu o carro, deu-nos a possibilidade de adotar outro nome no Brasil. Mas como o EV2 e EV3 já são vendidos em outros países vizinhos, achamos melhor manter o mesmo nome. Agora com essa questão, vamos mudar", disse Mercurio Givisiez, CEO da E-Motors Brasil.

A controvérsia surge em um momento de expansão das marcas chinesas no país, especialmente no segmento de veículos eletrificados, que inclui desde grandes montadoras chinesas iniciando operação com subsidiárias locais, bem como pequenas operações como a e-Motors.

A estratégia da JMEV inclui não apenas preços competitivos, mas também atuação em nichos específicos, como carros adaptados para autoescolas.

Entre as soluções desenvolvidas para o mercado brasileiro está um sistema de câmbio manual simulado, que reproduz o comportamento de transmissões convencionais em um carro elétrico. A proposta era atender à formação de condutores, permitindo que alunos treinassem trocas de marcha mesmo em veículos sem motor a combustão. Os modelos também contam com adaptações como duplo comando de pedais e retrovisores adicionais.

A operação da JMEV no Brasil é conduzida em parceria com a E-Motors, que também firmou acordo com a Comexport para viabilizar a importação e futura produção dos veículos. Inicialmente, os modelos serão trazidos da China no regime CBU, ou seja, já montados.

<https://stories.cnnbrasil.com.br/auto/comprou-um-carro-usado-nova-regra-pode-livrar-voce-de-multas-antigas/>

Política de minerais críticos terá incentivo fiscal para investidor



Projeto de lei vai prever redução do imposto de importação de produtos para o setor e isenção de IR sobre patentes, diz relator em evento do GLOBO

O relator do projeto de lei que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos, o deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), disse ontem que o texto vai prever incentivos fiscais, como redução do imposto de importação de produtos para o setor e isenção de Imposto de Renda (IR) sobre patentes e licenças de tecnologia.

Durante o evento "O Brasil como potência na energia limpa", organizado pelo GLOBO Valor, em Brasília, o parlamentar confirmou que o relatório deve ser apresentado na Câmara dos Deputados na próxima segunda-feira

- É um conjunto de iniciativas, desde você ter a possibilidade de mais facilidade para importação de equipamentos não tendo similar nacional a isenção de IR sobre patentes, um conjunto de pontos. Na medida em que se caminha na cadeia, esses incentivos vão crescendo.

Jardim também rejeitou a ideia da criação de uma estatal para explorar e gerir minerais críticos no Brasil.

No evento, especialistas debateram a importância dos minerais críticos para o processo de transição energética. A discussão em torno desses elementos ganhou força pela importância que esses minérios têm na produção de carros elétricos, painéis fotovoltaicos, semicondutores e turbinas eólicas, essenciais para a transição.

Outro ponto debatido no evento foi dificuldade para o Brasil se consolidar como líder mundial da transição energética, mesmo com um grande potencial para renováveis e uma matriz mais limpa que a média mundial.

EXPANSÃO DA ELETRIFICAÇÃO



André Luís Ferreira, diretor executivo do Instituto de Energia e Meio Ambiente (IEMA), afirmou que, para avançar na transição, o Brasil deve seguir a tendência global de expansão da eletrificação nos próximos anos. Ele destacou a importância desse processo, sobretudo no setor de transportes, que é uma das grandes fontes de poluição no país:

- Se você pegar o consumo de combustível fóssil no país, mais de 50% estão no transporte, quase 60%. Desse montante, metade disso está em caminhões e transportes de longa distância. Hoje os caminhões emitem tanto quanto a soma de todo o setor elétrico. O Brasil tem um programa exitoso de bicomcombustível, mas na hora em que você olha as soluções, o grande desafio é o transporte de carga de longa distância - disse.

Outro ponto relevante para o Brasil transformar seu potencial de fontes renováveis em uma real transi-

Continuação: Política de minerais críticos terá incentivo fiscal para investidor

ção energética é o planejamento de longo prazo do sistema elétrico e do setor de combustíveis, não apenas sob a ótica da oferta de energia, mas também pela demanda, sempre buscando a descarbonização da economia.

Embora o perfil brasileiro de emissões de gases de efeito estufa seja muito diferente do global - aqui, mudanças de uso da terra e desmatamento correspondem a cerca de 40% das emissões, e a energia, a 20%, enquanto no mundo, em média, a energia responde por cerca de 70% -, no Brasil a transição energética também é parte da estratégia de descarbonização, afirmou Bruna Mascotte, sócia sênior na Catavento Consultoria:

- Podemos avançar no transporte rodoviário, em manter a alta renovabilidade

do setor elétrico, entrando com baterias para lidar com as fontes intermitentes, e eventualmente termelétricas, mas sem voltar atrás no que já avançamos.

Clinger Barros, chefe de Energia da startup Lemon, disse que a falta de planejamento está na raiz dos problemas recentes. Segundo ele, os Planos Decenais de Energia (PDE) e os Planos Nacionais de Energia (PNE) trazem previsões sobre os rumos do setor elétrico, mas não um planejamento de longo prazo.

- Não temos, nem do ponto de vista de Estado, nem de governos, qualquer

diretriz nacional sobre o setor elétrico que queremos no Brasil - afirmou.

Para Alexandre Strapasson, professor do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (UnB), esse planejamento deve aliar os interesses setoriais aos territoriais, ou seja, às prioridades das populações onde muitos desses empreendimentos vão se instalar, e seus possíveis impactos ambientais devem ser considerados nas decisões de investimento:



- Temos que ter um planejamento energético, olhando não só a viabilidade econômica dos projetos, mas também

os impactos ambientais e eventuais benefícios gerados por esse empreendimento. É esse olhar integrado que nos faz ter as melhores decisões.

AJUSTES REGULATÓRIOS

Na avaliação de Erick Lima, diretor de estratégia e gestão corporativa da empresa de energia Casa dos Ventos, é hora de repensar e reavaliar os mecanismos de incentivo e fazer ajustes regulatórios:

- Um dos problemas estruturais hoje é a legislação ter permitido uma inserção brutal de energia solar na geração distribuída. Pode soar polêmico, mas controlar a geração distribuída ou acoplar baterias são remédios importantes para regular a expansão.

Esses elementos são também necessários para que o país alcance a neutralidade de emissões de gases do efeito estufa até 2050, compromisso estabelecido perante o Acordo de Paris e reforçado pelo Plano Nacional de Transição Energética (Plante), lançado ontem pelo governo federal.

O debate foi a primeira edição presencial do projeto Transição Energética, iniciativa do GLOBO e do Valor Econômico, com patrocínio da Vale.

*Especial para O GLOBO

<i>TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

</i>

Carreiras jurídicas: 5 áreas promissoras para o futuro da advocacia



O universo jurídico está em constante transformação, impulsionado por novas tecnologias e demandas sociais. Casos de grande repercussão e a atuação de advogados em áreas inovadoras despertam a atenção para um mercado de trabalho que vai muito além dos tribunais tradicionais. Para quem busca uma carreira sólida e com futuro, entender quais especialidades estão em alta é o primeiro passo.

Essa mudança abre espaço para novos campos que exigem um perfil profissional atualizado. Questões como a proteção de dados na **internet**, a sustentabilidade e a ética nos negócios estão no centro das discussões, criando oportunidades para advogados que se aprofundam nesses temas. O profissional do futuro precisa aliar o conhecimento técnico a uma visão estratégica do mundo digital.

Confira cinco áreas do Direito que são promissoras e oferecem excelentes oportunidades no mercado atual.

Direito Digital e Proteção de Dados

Com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) em pleno vigor, a demanda por especialistas que entendem de privacidade e segurança digital disparou. Esses profissionais ajudam empresas a se adequarem às normas, evitando multas pesadas. A atuação

envolve desde a elaboração de políticas de privacidade até a resposta a incidentes de vazamento de dados.

Compliance e Governança Corporativa

Manter a integridade e a transparência se tornou vital para as empresas. O advogado de compliance atua na criação e implementação de programas de conformidade, garantindo que a companhia siga as leis e regulamentos. O trabalho inclui a prevenção de fraudes, a gestão de riscos e a promoção de uma cultura ética, protegendo a reputação da marca.

Direito Ambiental e ESG

A sigla ESG, que se refere a práticas ambientais, sociais e de governança, deixou de ser uma tendência para se tornar uma exigência do mercado. Profissionais dessa área auxiliam empresas a desenvolver projetos sustentáveis, a cumprir a legislação ambiental e a se posicionar de forma responsável perante investidores e consumidores. É um campo em plena expansão.

Propriedade Intelectual no Ambiente Digital

A economia criativa digital cresce a cada dia, e com ela a necessidade de proteger marcas, **patentes** e **direitos autorais** online. Este campo abrange desde o registro de softwares e aplicativos até a defesa dos direitos de imagem de influenciadores digitais e a regulamentação de novos ativos, como os tokens não fungíveis (NFTs).

Direito Tributário com Foco em Tecnologia

O Direito Tributário é uma área clássica, mas sua intersecção com a tecnologia abre novas fronteiras. Advogados especializados orientam startups, fintechs e empresas de e-commerce sobre a complexa legislação fiscal de transações digitais, criptoativos e negócios que operam sem fronteiras físicas. É um setor que exige constante atualização e conhecimento multidisciplinar.

Sony começa a testar DRM no PS4 e PS5 como medida temporária contra pirataria

Outer Space

A Sony parece ter introduzido uma nova medida de gerenciamento de direitos digitais (DRM) que exige a ativação online de jogos digitais recém-adquiridos no PlayStation 4 e PlayStation 5 dentro de um prazo de 30 dias, levando ao console uma medida **anti-pirataria** controversa do PC.

De acordo com relatos recentes, a mudança afeta títulos comprados digitalmente na PlayStation Store, obrigando os usuários a conectar o console à **internet** para validar a licença do jogo no período estipulado. Caso a ativação não ocorra, o acesso ao conteúdo pode ser restringido, embora detalhes exatos sobre as consequências ainda não tenham sido confirmados oficialmente pela empresa.

Inicialmente, a medida foi interpretada como uma exigência permanente de conexão periódica à **internet** para manter o acesso a títulos adquiridos digitalmente, reacendendo preocupações sobre preservação de jogos e propriedade digital. As primeiras análises, impulsionadas por canais como o Modded Warfare e por testes feitos por membros da comunidade, mostraram que compras realizadas após uma atualização de sistema em março de 2026 recebiam um cronômetro de 30 dias associado à licença. No PS4, essa informação aparecia de forma visível nas opções de dados do jogo, enquanto no PS5 o temporizador parecia oculto, surgindo apenas quando a licença expirasse. Isso levou muitos usuários a acreditar que, caso o console permanecesse offline por mais de um mês, jogos digitais recém-comprados deixariam de funcionar até nova autenticação.

A repercussão foi imediata, com comparações ao controverso plano original de DRM do Xbox One em 2013, embora o sistema da Sony aparentasse ser menos restritivo. Críticas se concentraram principalmente na possibilidade de dependência futura dos servidores da empresa para manter bibliotecas digitais acessíveis.

No entanto, novas investigações feitas pela comunidade - incluindo testes detalhados de usuários com consoles modificados - indicam que a situação pode ser menos severa do que parecia. Segundo uma

teoria que ganhou força nos últimos dias, o cronô-

metro de 30 dias seria apenas uma licença temporária aplicada durante o período inicial de reembolso da PlayStation Store, que costuma durar 14 dias para jogos não baixados. Após esse prazo, a licença seria convertida automaticamente em uma autorização permanente offline.

Essa hipótese sugere que o verdadeiro objetivo da mudança seria combater uma brecha explorada por hackers: comprar jogos digitalmente, extrair licenças permanentes por meio de consoles desbloqueados e depois solicitar reembolso dentro da janela permitida. Com a nova licença temporária, a extração de uma licença definitiva só seria possível após o encerramento do período de devolução, tornando esse método inviável.

Embora a teoria ainda não tenha sido oficialmente confirmada pela Sony, ela alterou significativamente o debate. Em vez de representar uma política contínua de verificação obrigatória a cada 30 dias, a implementação pode ser apenas uma camada de segurança temporária voltada ao combate à **pirataria** e fraudes no sistema de reembolso. Ainda assim, a ausência de um posicionamento claro da Sony continua alimentando dúvidas e desconfiança entre consumidores, especialmente em um momento em que questões sobre posse digital e preservação de jogos seguem cada vez mais em evidência.

O contexto histórico adiciona uma camada de ironia à situação. Em 2013, durante o lançamento do Xbox One, a Microsoft anunciou uma política semelhante de verificação online periódica, que foi duramente criticada pela comunidade e até ridicularizada pela Sony em uma campanha publicitária. Na época, a empresa japonesa destacou a simplicidade de compartilhar jogos físicos no PlayStation 4 com um vídeo viral que mostrava dois executivos trocando um disco, contrastando com as restrições propostas pela rival. Agora, com a aparente adoção de uma medida similar, a Sony enfrenta acusações de hipocrisia nas redes sociais e fóruns especializados, onde jogadores expressam frustração com o que veem como uma regressão nas práticas de

Continuação: Sony começa a testar DRM no PS4 e PS5 como medida temporária contra pirataria

DRM.

Representantes da Sony ainda não se pronunciaram oficialmente sobre a implementação, mas fontes indicam que a verificação pode ser uma resposta a preocupações com **pirataria** e compartilhamento indevido de contas. Críticos argumentam que isso pode impactar usuários em regiões com conexões instáveis à **internet** ou aqueles que preferem jogar offline, potencialmente limitando a acessibilidade.

Por outro lado, defensores da medida apontam para a necessidade de proteger os **direitos autorais** em um mercado dominado pela distribuição digital.

O post Sony começa a testar DRM no PS4 e PS5 como medida temporária contra **pirataria** apareceu primeiro em Outer Space.

Índice remissivo de assuntos

ABPI Câmara de Mediação	5,6,7,8,9,10,11
Direitos Autorais	1,17,18,19
Marco regulatório INPI	2,6,7,8,9,10,11,14
Patentes	15,16,17
Propriedade Industrial	2,12,13,14
Propriedade Intelectual	3,4,6,7,8,9,10,11,12,13,17